

"CURRICULUM VITAE" DO MINISTRO SYDNEY SANCHES

(Resumido)

1º) – Bacharel em Direito, com Mestrado e Doutorado, pela Universidade de São Paulo. Turma de 1958.

2º) – Advocacia cível, criminal e trabalhista em São Paulo, entre 1959 e 1962.

3º) – Magistrado, por concurso público, no Estado de São Paulo, aprovado em 1º lugar (1962 a 1984).

4º) – Professor de Direito da Faculdade de Direito de Osasco (1972/1975), Professor de Direito Civil e Processual Civil na Faculdade de Direito de São Bernardo do Campo (1975/1984), Professor de Cursos de Preparação para Concurso de Ingresso na Magistratura e no Ministério Público (1970/1980).

5º) – Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (1980/1984).

6º) – Ministro do Supremo Tribunal Federal no período de 1984 a 2003 (quase 19 anos).

7º) – Presidente da Corte entre 1991 e 1993.

8º) – Presidiu, no Senado Federal, o processo de "impeachment" contra o Presidente da República (Fernando Afonso Collor de Mello) (1992).

9º) - Presidente do Tribunal Superior Eleitoral (1990/1991).

10º) - Presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros (1982/1983/1984), antes, Vice-Presidente da Associação Paulista de Magistrados (1980/1981).

11º) – Após a aposentadoria voltou à Advocacia, desde 2003, (escritório Sydney Sanches e Advogados Associados).

12º) – Atualmente: Presidente do Conselho Superior de Assuntos Jurídicos e Legislativos da Fiesp (Conjur) e Presidente da Câmara de Conciliação, Mediação e Arbitragem (Ciesp/Fiesp).

13º) – Consultor jurídico do escritório “Trench, Rossi e Watanabe Advogados”, com sede em São Paulo, e representação em Brasília, Porto Alegre e Rio de Janeiro (desde 2004).

14º) – Membro da Academia Internacional de Direito e Economia, da Academia Paulista de Letras Jurídicas, da Academia Paulista de Magistrados e sócio honorário do Instituto dos Advogados de São Paulo.

15º) – Autor de várias obras de Direito Processual Civil: “Poder Cautelar Geral do Juiz”, “Uniformização de Jurisprudência”, “Denúnciação da Lide”, “Execução Específica das Obrigações de Contratar e de Prestar Declaração de Vontade”, “Julgamento Antecipado da Lide”, “Nomeação de Peritos”, “Ação Rescisória por Erro de Fato do Juiz”, “Litisconsórcio Necessário no Direito Constituendo”.